

MP pede prisão de madeireiros no interior do Pará

É a primeira vez que isso ocorre no combate à extração ilegal do mogno no Estado

CARLOS MENDES
Especial para o Estado

BELÉM – O promotor Mauro Mendes de Almeida, de Altamira, no sudoeste do Pará, denunciou ontem à Justiça 11 madeireiros sob a acusação de extração ilegal de mogno, caça e pesca predatória em terras públicas, numa extensa área de mata densa na região do Rio Xingu. Ele também pediu a prisão preventiva dos acusados, afirmando que todos pertencem à Máfia do Mogno.

É a primeira vez que o Ministério Público do Pará pede a prisão de madeireiros acusados de devastar florestas no Estado. A maioria dos madeireiros acusados trabalha para Osmar Ferreira, tido como um dos reis do mogno da Amazônia ao lado de Moisés Carvalho. Os dois foram denunciados, em outubro, no relatório *Parceiros do Crime*, elaborado pelo Greenpeace.

De acordo com o promotor, o indiciamento dos 11 acusados ocorre depois de intensa investigação sobre suas atividades ilegais na exploração de mogno e outras madeiras nobres na região conhecida por Terra do Meio, entre os Rios Xingu e Tapajós, no Pará.

Na denúncia, o promotor relata que a quadrilha dispunha

de aviões que eram usados em cinco pistas de pouso clandestinas. Para a construção de cada pista foram destruídas 11 mil castanheiras adultas. Os acusados tinham ainda 38 caminhões, tratores e uma balsa, apreendidos em outubro durante operação de fiscais do Ibama com o apoio de agentes da Polícia Federal.

Os madeireiros também abriram 170 km de estradas no meio da floresta, dentro da área de preservação ambiental conhecida por Seringal Monte Alegre, em Altamira, para facilitar o transporte da madeira pelo Rio Xingu. Os acusados também utilizavam material explosivo na pesca de peixes de variadas espécies, além de matarem traçajás, tartarugas e jacarés ao longo dos rios da região.

A gerente executiva do Ibama no Pará, Selma Melgaço, afirma que a atitude do Ministério Público é louvável, porque ataca diretamente a extração ilegal de

**CAÇA
PREDATÓRIA
TAMBÉM NA
ACUSAÇÃO**

uma espécie ameaçada de extinção. Ela disse esperar que a Justiça de Altamira estude com serenidade o pedido do promotor e puna os responsáveis pela devastação de florestas e retirada de madeira de áreas indígenas.

O coordenador do Greenpeace, Paulo Adário, entende que a punição do terceiro escalão responsável pelo roubo de mogno tem forte impacto na região, mas não basta. "É preciso agora que a polícia indicie os chefes e que a Justiça determine sua prisão."